

Projeto de Lei de
Diretrizes Orçamentárias para 2023

PLDO-2023

SUMÁRIO-EXECUTIVO

- Cenário de consolidação fiscal
- Controle das despesas
- Principais destaques no texto do PLDO 2023

Síntese do Anexo de Metas Fiscais: parâmetros econômicos

Parâmetros	Avaliação 1º Bimestre de 2022	2023	2024	2025
PIB real (%)	1,5	2,5	2,5	2,5
PIB Nominal (R\$ bilhões)	9.647,3	10.470,3	11.231,8	12.020,5
IPCA acum (%)	6,5	3,3	3,0	3,0
INPC acum (%)	6,7	3,3	3,0	3,0
IGP-DI acum (%)	10,0	4,4	4,1	3,9
Taxa Over - SELIC Média (%)	11,6	10,0	7,7	7,1
Taxa de Câmbio Média (R\$ / US\$)	5,4	5,3	5,3	5,3
Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)	103,4	90,2	82,7	78,0
Valor do Salário Mínimo (R\$ 1,00)	1.212,0	1.294,0	1.337,0	1.378,0
Massa Salarial Nominal (%)	15,4	4,3	2,8	2,9

Fonte: SPE/SETO/ME.

Elaboração: SOF/SETO/ME.

Síntese do Anexo de Metas Fiscais

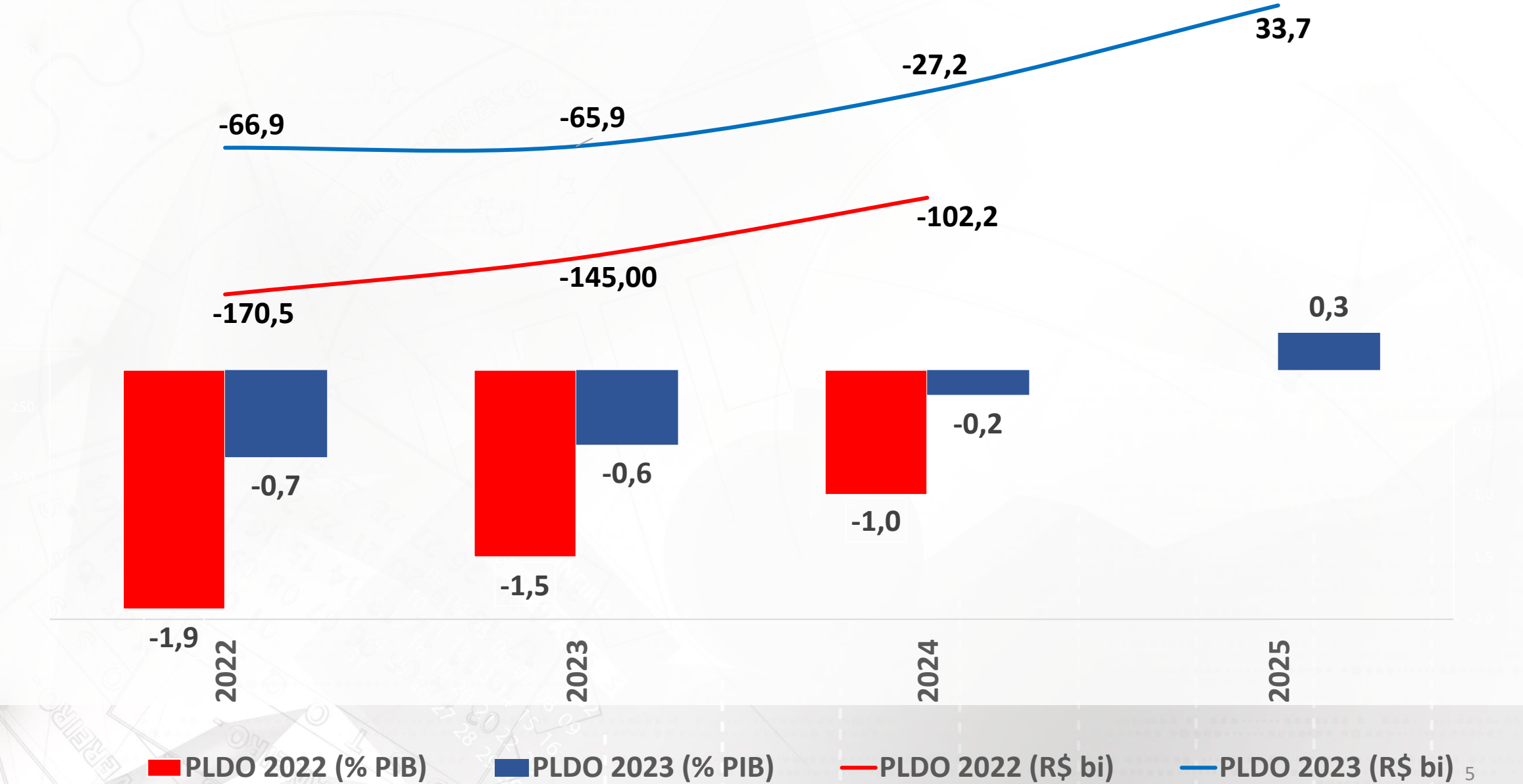
Preços Correntes

Discriminação	Avaliação 1º Bimestre de 2022		PLDO 2023		2024		2025	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
1. Receita Primária Total	2.118,0	22,0	2.230,3	21,3	2.369,8	21,1	2.524,4	21,0
2. Transferências por Repartição de Receita	431,9	4,5	429,4	4,1	452,3	4,0	482,5	4,0
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	1.686,1	17,5	1.800,9	17,2	1.917,5	17,1	2.041,9	17,0
4. Despesas Primárias	1.753,0	18,2	1.866,8	17,8	1.945,4	17,3	2.008,2	16,7
Obrigatória	1.621,7	16,8	1.758,6	16,8	1.851,6	16,5	1.931,5	16,1
Discricionárias do Poder Executivo	131,3	1,4	108,2	1,0	93,8	0,8	76,7	0,6
5. Resultado Primário do Governo Central (3) - (4)	-66,9	-0,7	-65,9	-0,6	-27,9	-0,2	33,7	0,3
6. Meta Fiscal	-170,5	-1,8	-65,9	-0,6	-27,9	-0,2	33,7	0,3
7. Esforço (-) ou Ampliação (+) (5) - (6)	103,6	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL EC 95	1.681,0	17,4	1.789,1	17,1	1.847,3	16,4	1.902,7	15,8
Total despesas sujeitas ao Teto	1.679,7	17,4	1.789,1	17,1	1.847,3	16,4	1.902,7	15,8
Diferença	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte/Elaboração: SOF/SETO/ME.

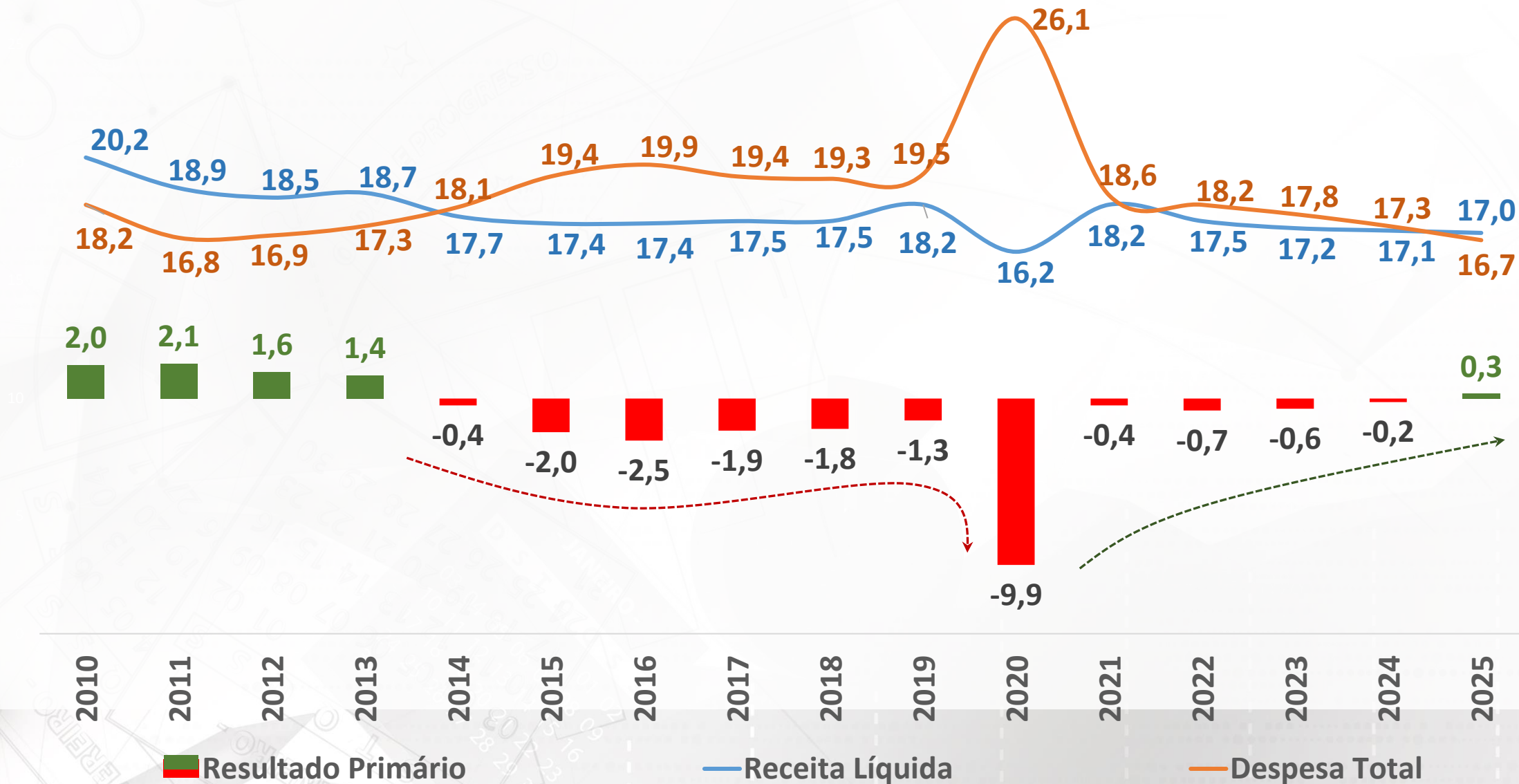
¹ Em 2022 considerado o valor de **R\$ 16,8 bi** das Emendas Impositivas (individuais e de bancada) nas despesas discricionárias

Comparativo da Previsão Resultado Primário: PLDO 2022 e PLDO 2023



Panorama Fiscal

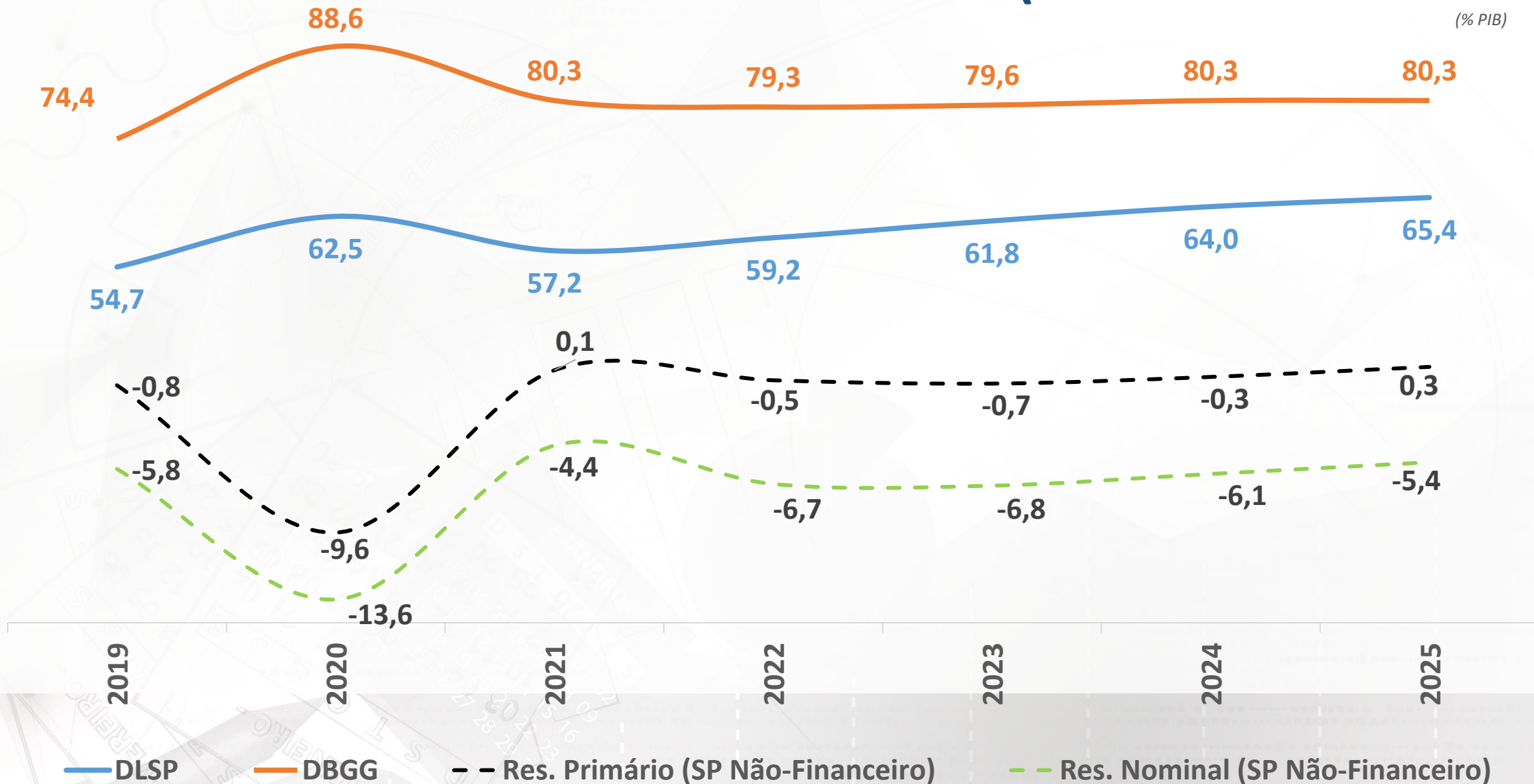
(% PIB)



Dívida Governo Geral e Setor Público (Bruta e Líquida)

Resultado Setor Público não-financeiro (Primário e Nominal)

(% PIB)



Síntese do Anexo de Metas Fiscais: despesas primárias

Preços Correntes

Discriminação	Avaliação 1º Bimestre de 2022		PLDO 2023		2024		2025	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
	DESPESAS	1.753,0	18,2	1.866,8	17,8	1.945,4	17,3	2.008,2
Despesas Obrigatórias	1.621,7	16,8	1.758,6	16,8	1.851,6	16,5	1.931,5	16,1
Benefícios Previdenciários	778,1	8,1	849,5	8,1	895,3	8,0	942,9	7,8
Pessoal e Encargos Sociais	338,6	3,5	356,4	3,4	365,5	3,3	372,5	3,1
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	29,4	0,3	40,9	0,4	52,4	0,5	57,9	0,5
Obrigatórias com Controle de Fluxo	223,1	2,3	237,0	2,3	244,3	2,2	251,3	2,1
Demais Obrigatórias	252,6	2,6	274,7	2,6	294,2	2,6	306,8	2,6
Despesas Discricionárias do Poder Executivo	131,3	1,4	108,2	1,0	93,8	0,8	76,7	0,6

Fonte/Elaboração: SOF/SETO/ME.

Síntese do Anexo de Metas Fiscais: Projeção Metas Anuais

Esfera de Governo	2023		2024		2025	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
Governo Central	-65,91	-0,63	-27,89	-0,25	33,70	0,28
Estatais Federais	-3,00	-0,03	-3,22	-0,03	-3,45	-0,03
Estados, Distrito Federal e Municípios**	-0,10	0,00	-6,00	-0,05	1,00	0,01
Setor Público Não Financeiro	-69,01	-0,66	-37,11	-0,33	31,25	0,26

** Indicativo.

Fonte: SOF e STN/SETO/ME

METAS FISCAIS

- **Déficit de R\$ 65,9 bi**
- **Dedução: Encontro de Contas (§ 11 e § 21 do art. 100 da Constituição)**

*Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de deficit primário de **R\$ 65.905.760.000,00** para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social...*

...

§ 2º Não será contabilizado na meta de resultado primário de que trata este artigo o impacto decorrente do disposto nos § 11 e § 21 do art. 100 da Constituição.

Art. 3º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 e a execução da respectiva Lei, para o Programa de Dispêndios Globais de que trata o inciso XXII do Anexo II, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de deficit primário de R\$ 3.002.938.355,00

§ 1º As empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras não serão consideradas na meta de deficit primário, de que trata o caput, relativa ao Programa de Dispêndios Globais.

§ 2º Poderá haver, durante a execução da Lei Orçamentária de 2023, com demonstração nos relatórios de que tratam o § 4º do art. 68 e o caput do art. 158, compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispêndios Globais referido no caput.

METAS E PRIORIDADES

- A prioridade declara intenção do governo, gera reforço para alocação de recursos e antecedência na assunção de compromissos

*Art. 4º As prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2023, atendidas as despesas obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, **além da previsão de reajustes e reestruturações de cargos e carreiras**, consistem:*

I - na Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância;

II - ações voltadas à segurança hídrica;

III - as despesas do Programa Casa Verde e Amarela;

IV - os programas voltados para geração de emprego e renda; e,

V - nos investimentos plurianuais em andamento, previstos no Anexo III da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023, obedecidas as condições previstas no § 1º do art. 9º da referida Lei e no § 20 do art. 166 da Constituição.

PRECATÓRIOS E BENEFÍCIOS AO SERVIDOR

PRECATÓRIOS

Disciplina procedimentos orçamentários com vistas a incorporar as inovações trazidas pelas Emendas Constitucionais nº 113 e 114, de 2021, no que tange ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor (RPV), com destaque para:

- Estabelecimento de limite para pagamento de precatórios e RPV alinhado com a regra de correção do Teto de Gastos até o ano de 2026.
- Exclusão do Teto de Gastos dos encargos referentes ao disposto nos §§ 11 e 21 do art. 100 da Constituição Federal – “Encontro de Contas” (também excluídos do cômputo da meta de resultado primário).
- Excluídos, adicionalmente, do Teto de Gastos, os seguintes precatórios: i) relativos à complementação da União relativa ao Fundeb; e ii) parcelados (valor superior a 15% do montante dos precatórios apresentados).

Alinhamento à proposta de regulamentação aprovada pelo CNJ que altera a Resolução 303/2019 para incidir exclusivamente a correção monetária (IPCA-E) aos precatórios não-tributários durante o período de graça e, após tal período, atualização pela SELIC.

BENEFÍCIOS AO SERVIDOR

Veda o reajuste de benefícios que estejam acima do valor per capita da União

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL